



Ata da 24ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, referente ao 2º Período da 4ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura, realizada no dia 15 de dezembro de 2020.

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, **sob a Presidência do Vereador Alexon Soares Cipriano**, realizou-se, de forma virtual, nas dependências do próprio Poder Legislativo, com início às quatorze horas e oito minutos, a Vigésima Quarta Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–Espírito Santo, referente ao Segundo Período da Quarta Sessão Legislativa da Oitava Legislatura. Conforme o registro de chamada, foram constatadas as ausências dos Vereadores Brás Zagotto, Elio Carlos Silva de Miranda e Higner Mansur. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente)**: — Informa que o Vereador Elio Carlos não se faz presente devido a problemas de saúde. / A seguir, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Indicações**: 2468, 2474, 2475 e 2476/2020 – Alexandre Andreza Macedo; 2481 e 2482/2020 – Alexandre Valdo Maitan; 2465 e 2466/2020 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 2469, 2470, 2471 e 2478/2020 – Delandi Pereira Macedo; 2484/2020 – Diogo Pereira Lube; 2483/2020 – Ely Escarpini; 2480/2020 – Paulo Sérgio de Almeida; 2488/2020 – Renata Sabra Baião Fiório Nascimento; 2467, 2472, 2473, 2477, 2479, 2485, 2486, 2487 e 2489/2020 – Sílvio Coelho Neto. **Requerimentos**: *Pedidos de Informação*: 193/2020 – Alexandre Valdo Maitan; 194/2020 – Renata Sabra Baião Fiório Nascimento; *Votos de Congratulação*: 361/2020 – Paulo Sérgio de Almeida; 360/2020 – Renata Sabra Baião Fiório Nascimento; *Votos de Pesar*: 59, 60 e 61/2020 – Renata Sabra Baião Fiório Nascimento. **Ofício**: 106/2020 – Marcelo Baliana Justo – Presidente do Conselho Deliberativo do IPACI. **Projeto de Decreto Legislativo**: 363/2020 – Rodrigo Sandi. **Projeto de Resolução**: 09/2020 – Renata Sabra Baião Fiório Nascimento. **Projeto de Lei**: 69/2020 – Renata Sabra Baião Fiório Nascimento. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente)**: — Conforme solicitado, abre espaço para que a representante do conselho do IPACI, a Sra. Stephanie Darós, use a palavra pelo tempo de dez minutos para falar sobre o Projeto de Lei 67/2020, que está na pauta do dia. / **Stephanie Karla Darós**: — Cumprimenta a todos e diz que falará a respeito de dois pontos ilegais do Projeto de Lei 67/2020, que altera a Lei 6.910/2013, que trata da reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Cachoeiro de Itapemirim. Cita que um artigo da Lei 6.910/2013 diz que o Conselho Deliberativo deve apreciar sugestões e encaminhar medidas tendentes a introduzir modificações na presente lei, bem como resolver casos omissos, além de examinar e emitir parecer conclusivo sobre propostas e alteração da política previdenciária do Município. Explica que esse projeto deveria ter passado pelo Conselho Deliberativo do IPACI, que só tomou conhecimento do mesmo depois de protocolado na Câmara Municipal. Inclusive menciona que a Vereadora Renata Fiório, através do Requerimento 192/2020, questionou o porquê desse projeto não ter passado pelo Conselho Deliberativo e recebeu como resposta que, por ser de iniciativa do Poder Executivo, não havia essa necessidade. Entretanto, frisa que esse argumento não prospera, visto que a Lei 6.910/2013 deixa claro que, independente de iniciativa, tal projeto deveria sim ter passado pelo Conselho Deliberativo. Diante disso, registra que esse projeto padece de vício formal e não deveria ser votado na presente sessão. Ressalta que o outro ponto ilegal é que esse projeto cria cargos, empregos ou funções, sendo incluídos mais três membros nos Conselhos Deliberativo e Fiscal do IPACI. Informa que, hoje, cada conselho tem sete membros titulares e

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



sete suplentes. Enfatiza que esse projeto vai de encontro à Lei Complementar 173/2020, que proíbe a criação de cargo que aumente a despesa do setor público. Inclusive salienta que, de acordo com a citada lei, foram suspensas as promoções verticais e horizontais, a criação de cargos e a realização de concursos públicos. Deixa claro que esse projeto é contrário a uma lei federal e alerta que a aprovação do mesmo poderá resultar em punições futuras para a Câmara Municipal. Então, em nome do Conselho Deliberativo, pede que esse projeto não seja acolhido, pois fere uma legislação federal, padece de vícios de formalidade e pode prejudicar muito o IPACI. Avisa ainda que tal proposta retira o salário maternidade e outros benefícios dos servidores públicos sem ter passado pelo Conselho Deliberativo, que é o órgão responsável pela defesa dessa categoria. Solicita que, antes de ser apreciado, esse projeto seja analisado pelo conselho. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente):** — Registra que o Conselho Deliberativo enviou um ofício à Câmara, solicitando que esse projeto fosse sobrestado por não cumprir a Lei Municipal 6.910. Inclusive diz que nesse ofício foi citada a ata da reunião realizada pelo conselho, mas não mencionaram a lei federal que estaria sendo descumprida pelo Poder Executivo ao enviar esse projeto à Câmara para ser votado. Com todo o respeito ao IPACI e ao Conselho Deliberativo, repete que não observou no ofício a citação de nenhum descumprimento de lei federal. Lembra que esse projeto foi enviado à Câmara para adequação, conforme exigência do Sistema Pró-Gestão para os Municípios que têm Regime Próprio de Previdência Social. / **Stephanie Karla Darós:** — Diz que isso não foi citado no ofício, mas deixa claro que esse projeto descumpra a Lei Complementar 173/2020, pois cria cargos e funções que implicam no aumento de despesas do setor público em plena pandemia do Covid-19. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente):** — Destaca que a discricionariedade de criar ou não cargos compete ao Poder Executivo, cabendo ao Legislativo aprovar ou não. Salienta que a Câmara é um dos órgãos que fiscalizam o IPACI. Comenta que a nomeação é que descumpriria a lei. / **Stephanie Karla Darós:** — Frisa que a criação de cargos no projeto já descumpra a lei e acaba com a questão da paridade dentro do conselho, o que fere a legalidade. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente):** — Comenta que a criação de três cargos nos Conselhos Deliberativo e Fiscal fere a Lei Complementar 173/2020, visto que gera despesa. Pergunta se todos os conselheiros do IPACI são remunerados com dinheiro público do Instituto de Previdência. / **Stephanie Karla Darós:** — Responde que sim e explica que os conselheiros recebem jetom, no valor de 102 reais, por cada reunião realizada, o que é irrisório para a função. Repete que esses novos cargos de conselheiros vão criar despesas. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente):** — Argumenta que, se esse valor é pago aos conselheiros, o próprio IPACI está descumprindo a lei complementar. Registra que, em observância à lei, a Câmara não está pagando diária aos servidores, cujo valor é de 120 reais. Pergunta se os conselheiros recebem salário ou jetom. / **Stephanie Karla Darós:** — Responde que é uma remuneração por reunião e informa que o conselheiro ocupa uma função. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente):** — Diz, então, que os conselheiros não são funcionários e recebem por exercer uma função no conselho. / **Stephanie Karla Darós:** — Repete que os conselheiros recebem por reunião realizada. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Lembra que, no começo da atual legislatura, foi feita uma adequação do percentual descontado dos servidores para o IPACI, que era de 11% e passou para 14%. Comenta que a taxa de administração do IPACI era de 2% e vai para 3.6%. Inclusive diz que a Prefeitura mencionou que os salários dos servidores aumentaram vultosamente ante o plano de cargos e salários que está em vigor. Indaga se o conselho fez uma análise da necessidade do aumento da taxa de administração e dos impactos econômicos que isso vai causar. Questiona se não está sendo descontado a mais dos servidores apenas para pagar os cargos que serão criados. Informa que o IPACI começou a receber da Prefeitura o aluguel do prédio onde fica parte da administração



municipal e está tentando fazer outras fontes de renda; assim, a seu ver, não seria preciso aumentar essa taxa. / **Stephanie Karla Darós:** — Registra que foi levantada a ilegalidade da taxa de administração, que está superavitária, enquanto o IPACI está deficitário em termos financeiros. Repete que o Conselho Deliberativo só tomou conhecimento desse projeto após o mesmo ser protocolado na Câmara e, por isso, não foi feita nenhuma análise acerca do aumento da taxa de administração. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Pergunta qual é a proposta do conselho quanto a esse projeto de lei. / **Stephanie Karla Darós:** — Responde que é a retirada de pauta da matéria para que ela seja analisada pelo conselho. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente):** — Passa a palavra à Sra. Stephanie para suas considerações finais. / **Stephanie Karla Darós:** — Agradece pela oportunidade de poder fazer alguns esclarecimentos a respeito desse projeto. Registra que a procuradoria da Câmara deu parecer pela retirada do projeto e destaca que a Dra. Karla agiu com senso de justiça. Diz que é preciso repensar esse projeto e pede novamente que o mesmo não seja acolhido pelos vereadores. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente):** — Agradece aos membros do Conselho Deliberativo do IPACI e coloca a Câmara à disposição de todos. / Logo após, passou-se ao **Pequeno Expediente**, quando usaram da palavra os seguintes Vereadores: / **Alexandre Andreza Macedo:** — Registra que, neste momento de pandemia, os bairros e distritos de Cachoeiro deveriam contar com mais ônibus; entretanto, a empresa de transporte coletivo diminuiu as linhas. Inclusive comenta que as pessoas acham que a Câmara decidiu fechar os olhos para essa situação, como se não soubesse o que está acontecendo em Cachoeiro. Frisa que os vereadores já solicitaram ao Vanderley, da AGERSA, ajuda para resolver esse problema, mas nada de eficaz foi feito até agora. Relata que a comunidade de Valão de Areia, que sempre contou com ônibus para Cachoeiro três vezes por semana, agora só tem uma vez, às segundas-feiras, o qual trafega lotado. Convida o Vanderley a fazer esse trajeto no ônibus lotado para perceber os riscos que as pessoas correm de contrair o Covid-19. Considera um absurdo Itaoca ter aos domingos apenas um ônibus às 9:00 horas e outro às 18:00 horas. Salienta que todos estão fazendo sacrifícios; então, questiona por que a Empresa Flecha Branca não pode ceder em nada para ajudar nesta situação de pandemia. Fala sobre a contradição que está ocorrendo em Cachoeiro, já que é preciso respeitar o distanciamento social em todos os locais da cidade, mas os ônibus da Flecha Branca estão sempre lotados, como se o vírus não fosse transmitido dentro desses veículos. Deixa claro que todos estão passando por dificuldades e, portanto, a empresa de transporte precisa entender que, agora, não é o momento de diminuir as linhas de ônibus. Reitera a solicitação para que o presidente da AGERSA se faça presente nos ônibus do Município, de maneira a vivenciar a situação que as pessoas enfrentam todos os dias. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Solidariza-se com o Vereador Alexandre de Itaoca e diz que a Tijuca, Retiro e outras comunidades do interior também sofrem diante da diminuição dos horários do transporte coletivo. / **Antônio Geraldo de Almeida Costa:** — Reforça a fala dos Vereadores Alexandre de Itaoca e Maitan e acrescenta que o problema com os ônibus não ocorre apenas nos distritos, já que a situação do transporte coletivo nos bairros de Cachoeiro também está uma vergonha. Reclama da falta de terminais rodoviários em Cachoeiro e também do fato de os ônibus não circularem à noite, aos sábados, domingos e feriados, o que dificulta a vida das pessoas que precisam sair de casa. Avalia que um Município onde não há terminal rodoviário não pode ter ônibus de bairro para o centro, e vice-versa. Informa que o Consórcio Novo Trans recebeu mais de 5 milhões de reais de subsídio, mas, nos últimos três, quatro anos, o serviço de transporte coletivo piorou muito em Cachoeiro; portanto, as pessoas não estão tendo respeitado o seu direito de ir e vir. Diz que a situação do transporte público na cidade é vergonhosa, mas no interior é pior ainda. Lembra que o prefeito obteve 53% dos votos dos moradores de Cachoeiro, votação essa que demonstra que o povo está feliz com o atual governo

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



e que a saúde, a segurança e o transporte coletivo estão indo muito bem no Município. / **Delandi Pereira Macedo:** — Quanto à insatisfação das pessoas com o transporte público, sugere que os vereadores da próxima legislatura se debrucem sobre esse assunto e conversem com os representantes da agência reguladora e da própria empresa para buscarem caminhos que visem melhorar esse serviço em Cachoeiro. Comenta que, muitas vezes, os vereadores se desgastam com esse assunto, mas não tentam buscar uma solução para o problema. Diz que o diálogo, a fiscalização e até um ajuste na concessão do serviço podem ajudar para que as coisas funcionem de forma viável. Parabeniza a Câmara e o Prefeito Victor Coelho pela instalação dos abrigos nos pontos de ônibus, o que, a seu ver, vai proporcionar uma melhoria no serviço de transporte em Cachoeiro. Menciona que é preciso reconhecer que o transporte público não é o mesmo de dez anos atrás, já que, naquela época, a empresa de ônibus tinha quase todo o serviço nas mãos, o que não acontece hoje em razão da concorrência dos veículos de aplicativos, táxis e mototáxis. Frisa que o transporte público deve ser debatido com muita seriedade e sem paixões, para que, junto à agência reguladora e à empresa, possam buscar o melhor caminho para Cachoeiro. Avalia que é preciso discutir se o Município deve ou não continuar pagando o subsídio ou utilizar esse recurso em um investimento que atenda melhor às necessidades dos munícipes. Confessa que não utiliza o transporte público da cidade e acredita que os outros vereadores também não; assim, salienta que essa questão deve ser discutida diretamente com o povo. Parabeniza os colegas que levantaram esse assunto e diz que a superlotação nos ônibus precisa ser analisada, já que pode trazer sérios prejuízos para a população por conta da pandemia. / **Ely Escarpini:** — Registra que muitas pessoas de sua comunidade reclamam que os ônibus não estão fazendo os mesmos percursos de antigamente. Conta que conversou com o Vanderley, que lhe disse que, antes, cerca de cinquenta mil pessoas utilizavam os ônibus em Cachoeiro e, agora, são apenas cinco mil usuários por dia. Ressalta que a AGERSA e a empresa estão tendo muitas dificuldades para adequar os ônibus devido à quantidade de passageiros, que diminuiu por causa dos aplicativos. Frisa que, como a empresa tem a concessão desse serviço, ela deve cumprir seu papel e transportar os cidadãos cachoeirenses, que estão pagando um preço alto devido a esse problema. Diz que o prefeito, que foi reeleito com cerca de cinquenta e dois mil votos, deve, juntamente com a Câmara, a AGERSA e a empresa de ônibus, buscar uma forma de adequar o transporte público em Cachoeiro. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Ressalta o trabalho que ele e o Presidente da Associação de Moradores do Bairro Jardim Itapemirim, o Valdemir, estão fazendo naquela região. Agradece à Secretaria de Obras, através do Gerente Antônio Carlos, que, nas duas últimas semanas, desentupiu alguns bueiros perto do bosque e na Rua José Barbosa e também fez o conserto das grades de ferro de uma galeria da Rua Paulo Afonso, serviços esses feitos no Bairro Jardim Itapemirim. Conta que, há bastante tempo, pediu que esses serviços fossem realizados, mas não foi atendido antes da eleição e, agora, a Secretaria de Obras encaminhou uma equipe para lá. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Registra que protocolou um projeto que visa melhorar o ambiente de negócios para os artistas e músicos de Cachoeiro, a fim de diminuir os impactos da pandemia na vida dessa categoria. Explica que apresentou esse projeto antes da eleição, mas alegaram que era uma proposta eleitoreira; então, o retirou de pauta e o reapresentou agora. Menciona que fez uma indicação ao prefeito, pois há um grupo de fiscais do PROCON praticando abuso de poder e trabalhando contra os empresários de Cachoeiro, além de estarem instaurando procedimentos desnecessários. Relata que esses fiscais também têm repassado obrigações próprias do PROCON para os empresários, com a desculpa de que estão cumprindo uma lei federal. Segue ressaltando a importância da Defesa Civil do Município, pois não há uma central de monitoramento das águas do Rio Itapemirim e, assim, quando ocorrem as chuvas, como as da semana passada, as comunidades ribeirinhas ficam desesperadas. Destaca



que fez um pedido de informação para saber onde está a verba federal de 400 mil reais que veio para Cachoeiro. Concorde com o Vereador Alexandre de Itaoca que o comércio e a população cachoeirense estão sofrendo, inclusive acrescenta que vão sofrer ainda mais, se a prioridade do prefeito for colocar luzes de Natal em Cachoeiro, em vez de investir o dinheiro das economias para melhorar a situação da cidade. Comenta que esteve em Iconha, Piúma e Maratáizes e viu lá totens com pia, água e sabão e também um monitor, pedindo para as pessoas higienizarem as mãos. Salienta que, em Cachoeiro, a Prefeitura determinou o fechamento do comércio, a diminuição dos ônibus circulando e pediu que as pessoas ficassem em casa para não aumentar o número de casos de Covid-19, mas, ao mesmo tempo, gastou dinheiro com iluminação de Natal, o que é uma contradição, já que esse tipo de coisa leva o povo para a rua. Solicita aos vereadores que aprovelem o seu pedido de informação e o projeto que visa melhorar a situação dos artistas de Cachoeiro. Diz esperar que a próxima legislatura proteja os empresários da sanha do PROCON, já que, agora, os recursos do fundo desse órgão podem ser abocanhados pela Prefeitura, e isso fazer com que a indústria de multas volte a existir em Cachoeiro. / Na sequência, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que fizeram uso da palavra os seguintes Edis: / **Alexandre Valdo Maitan:** — Comenta que está muito receoso com os projetos do Executivo que foram protocolados na Câmara. Registra que 53% da população aprovaram o prefeito nas urnas e, agora, o chefe do Executivo acha que tem todos os direitos. Salienta que não sabe se o prefeito conversou com a sociedade e com os servidores, mas o fato é que ele apresentou projetos para os quais os vereadores vão precisar de mais tempo e também de mais informações. Diz que vai ficar a cargo do presidente a inclusão na pauta ou não desses projetos que versam sobre temas relevantes para a população cachoeirense. Ressalta que, com relação ao projeto do IPACI, os servidores já manifestaram o desejo de que essa matéria seja rejeitada. Frisa que é preciso ficar atentos, caso esses projetos sejam colocados em pauta, pois mexem com a vida da cidade e vão onerar a população cachoeirense. Esclarece que essas propostas criam cargos e taxas e, talvez, sejam necessários debates, audiências públicas e maiores informações antes da votação. Enfatiza que os vereadores têm capacidade para fazer o melhor julgamento e votação desses projetos; entretanto, alerta que, com a falta de informação, de esclarecimento e de tempo, podem ser tomadas decisões que não encontrem respaldo no desejo da população. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Com relação ao transporte coletivo, diz que há muitas reclamações quanto aos horários e a redução das linhas, serviço que, a seu ver, deveria ter sido ampliado nesta pandemia. Comenta que à noite e aos finais de semana os ônibus de Cachoeiro desaparecem. Informa que a empresa de transporte demitiu centenas de funcionários e não tem condições de suprir a demanda. Concorde com o Vereador Alexandre de Itaoca que os ônibus estão lotados porque a empresa diminuiu o número de linhas. Fala sobre as novas formas de transporte, como os aplicativos, e também da má gestão da empresa de ônibus, que não atende os usuários como deveria. Menciona que o subsídio era uma forma de não onerar os usuários, inclusive diz que esperava que, com essa ajuda da Prefeitura, a empresa fosse atender melhor à população. Conta que estão dizendo que o subsídio é pouco; então, sugere que acabem com essa ajuda da Prefeitura, mas avisa que já estão falando em aumentar o valor da passagem. Pergunta em que o subsídio agregou, já que durante a pandemia deveriam ter sido disponibilizados mais ônibus para diminuir a quantidade de passageiros nos coletivos; porém, o que se vê são veículos superlotados, o que vai de encontro à determinação das autoridades de saúde para evitar o contágio desse vírus. Concorde também com a sugestão do Vereador Ely para que seja feita uma reunião com a AGERSA e a empresa, com vistas a adequar o transporte coletivo às necessidades da população. Registra que as pessoas têm reclamado, através do WhatsApp, que estão ficando mais de uma hora nos pontos de ônibus neste período de pandemia. Ressalta que todos os dias são noticiados falecimentos devido ao



Covid-19; portanto, salienta que aumentar a quantidade de ônibus circulando é uma forma de diminuir o número de pessoas dentro dos coletivos e, assim, evitar um risco maior de contágio. Coloca-se à disposição do Vereador Alexandre de Itaoca para conversarem sobre o transporte coletivo com o Vanderley, da AGERSA, órgão que fiscaliza as concessões dadas pelo Município. / **Antônio Geraldo de Almeida Costa:** — Quanto ao transporte público, diz que a receita para resolver essa questão é o diálogo; porém, lembra que, no ano passado, tentou conversar, fez reuniões e reclamou com o pessoal da AGERSA, mas nada foi resolvido. Avalia que, se o Município repassa um subsídio à concessionária, o prefeito tem que cobrar da empresa de ônibus que preste um serviço satisfatório à população. Registra que não é de hoje que os ônibus circulam lotados em Cachoeiro. Recorda que, quando começou a pandemia e os horários de ônibus foram reduzidos, alertou a empresa de que isso geraria mais aglomeração. Ressalta que não será a instalação de abrigos de pontos de ônibus que vai resolver o problema do transporte em Cachoeiro, mesmo que isso proporcione mais dignidade aos usuários dos coletivos. Diz que o Vanderley, da AGERSA, deve cobrar da empresa de transporte coletivo que ela adeque o serviço. Menciona que o número de veículos de aplicativos e de mototáxis está crescendo na cidade, visto que não há ônibus suficientes para atender a população. Inclusive afirma que, se o transporte coletivo tivesse qualidade, viria de ônibus para a Câmara ou para o centro de Cachoeiro. Comenta também que, há três anos e meio, está aguardando uma cirurgia para a colocação de uma prótese no joelho, assim como sabe que há pessoas esperando cirurgias de cataratas e outras, porque o CRE não está agendando esses procedimentos devido à pandemia. Continuando o seu discurso, informa que recebeu uma mensagem, através do WhatsApp, do líder comunitário do Bairro IBC, o Cristóvão, reclamando da situação em que se encontram as Ruas Rodolfo Marins, Daniel Felipe da Silva e Renata Lima da Silva e solicitando que o secretário de Obras atenda àquela comunidade. Pergunta como um secretário, que ganha do povo, mas não ouve a comunidade nem os vereadores, se mantém no cargo. Analisa que está enxugando gelo ao falar do secretário de Obras, que já deixou até vereadores da base do governo sem respostas, assim como faz com os de oposição e também com os líderes comunitários. Frisa que está muito preocupado com os vários projetos que foram encaminhados pelo Executivo à Câmara Municipal para serem votados praticamente no apagar das luzes. Deixa claro que os vereadores não têm tempo para estudar esses projetos, os quais até podem ser excelentes para Cachoeiro. Questiona como o vereador pode votar um projeto sem entender ou discutir o assunto. Sugere que as comissões da Câmara trabalhem em cima desses projetos com calma, que os secretários e o prefeito se manifestem quanto a essas matérias e que as mesmas sejam votadas no próximo ano. Enfatiza que a Câmara é composta por pessoas sérias e competentes que não podem fechar os olhos para algumas coisas que querem que desçam de goela abaixo dos vereadores, sem uma prévia discussão. Diz esperar que esses projetos não sejam pegadinhas nem façam com que, depois, a Câmara tenha que pagar um preço por tê-los aprovado sem ter feito antes uma discussão. / **Delandi Pereira Macedo:** — Parabeniza a todos os cristãos, pois, no segundo domingo do mês de dezembro, comemora-se o Dia da Bíblia Sagrada. Faz uma cobrança à Prefeitura, vez que solicitou a mudança de local da Praça da Bíblia, que fica na Praça Jerônimo Monteiro e está mal conservada, para a Avenida Beira Rio, próximo ao Teatro Rubem Braga, mas até hoje essa transferência não foi feita. Registra que o SAMU será implantado em Cachoeiro, o que é fruto também do trabalho da Câmara Municipal. Lembra que, em agosto de 2019, foram feitas algumas reuniões entre vereadores, empresários e o prefeito e, depois, houve um encontro com o governador, em Vitória, quando lhe apresentaram uma relação de investimentos estruturantes no Município que atendesse também à demanda da Região Sul do Estado, dentre eles a instalação do SAMU em Cachoeiro. Então, informa que hoje assistiu a uma



reportagem da TV Gazeta e também viu uma postagem do Prefeito Victor Coelho, assinando com a empresa que ganhou a licitação para gerir o SAMU em Cachoeiro, o que traz a esperança de que a instalação desse serviço será feita no início de 2021. Frisa que essa é uma notícia importante, que tem a ação do Governo do Estado e do Consórcio de Municípios da Região Sul, pois trará uma estrutura de atendimento de socorro aos acidentados e também a qualquer necessidade de saúde. Destaca que isso desafogará um pouco o serviço prestado pelo Corpo de Bombeiros, que quase não tem estrutura para fazer esse tipo de atendimento. Então, parabeniza os vereadores da atual legislatura, o Prefeito Victor Coelho e o Governador Renato Casagrande pela desenvoltura de colocar esse serviço para funcionar, já que tal pedido vem de muito tempo, chegando ao ponto de até o Ministério Público ter aberto uma ação contra o Estado. Diz que, além de agradecer, é preciso continuar lutando não só pelos investimentos estruturantes para a área da saúde, como também pela reparação das outras prioridades que foram apresentadas ao governador, como o anel rodoviário, a construção da Rodovia do Caramba e a reestruturação das Rodovias de São Joaquim e do Frade. Fala da importância do anel rodoviário para facilitar as empresas a escoarem suas produções. Solicita que, se não for possível fazer agora a Rodovia do Caramba, seja feita a estruturação das Rodovias de São Joaquim e do Frade para que haja agilidade no trânsito de Cachoeiro, além de outras demandas importantíssimas, como a construção de uma ponte que liga os Bairros Valão e Rubem Braga. Comunica que já existe um projeto no Governo Federal para a construção de uma ponte que liga a Rodovia do Frade à da União, e, em breve, serão iniciadas as obras. Agradece ao pessoal da Secretaria de Saúde e ao Prefeito Victor Coelho por todo o empenho, mas também não pode deixar de registrar a luta da Câmara Municipal em prol da Região Sul do Estado. / **Diogo Pereira Lube:** — Destaca que este está sendo um ano de muita tristeza e desafios por conta da pandemia e da crise econômica. Inclusive diz que o preço da carne, do arroz e da gasolina está um absurdo. Lamenta que as pessoas não estejam respeitando as regras de distanciamento, basta ver que o índice de infectados com o Coronavírus continua aumentando, assim como também o de mortes devido ao Covid. Inclusive presta suas condolências às famílias dos Srs. Ricardo Rodrigues Mascarenhas Júnior, Nilo e Marquinhos. Registra que soube agora do falecimento do Professor Leonardo Dutra e de seu filho em um acidente ocorrido em Presidente Kennedy. Frisa que é preciso pedir ajuda a Deus, acreditar na ciência e torcer para que 2021 seja um ano diferente. Fala também de sua tristeza diante da quantidade de projetos que chegam à Câmara sem tempo hábil para que os vereadores possam fazer suas ponderações e debates, os quais serão votados hoje ou na semana que vem. Menciona que essas matérias deveriam ser discutidas amplamente com a sociedade, embora saiba que, por conta da pandemia, o espaço da Câmara não pode ser aberto a todos. Então, salienta que, a seu ver, o Poder Legislativo ficou com a obrigação de decidir sobre esses projetos bombas, quando isso teria que ser dividido com o Executivo Municipal, que está se eximindo de sua responsabilidade, já que deveria disponibilizar os canais de comunicação da Prefeitura para informar à sociedade sobre essas matérias, e não as enviar de uma hora para outra para a Câmara votar. Alerta que, com a aprovação desses projetos, no ano que vem, haverá uma série de novas leis, de mudanças na estrutura administrativa e também quanto ao que virá para a população pagar, seja em forma de tarifas, de impostos ou de taxas. Assim, registra a sua tristeza e a sua revolta por não ter tempo hábil para analisar e discutir esses projetos importantes. Enfatiza que o Poder Executivo deve respeitar mais a Câmara, e não colocar esses projetos de goela abaixo dos vereadores. Informa que a Escola do Legislativo concluiu, ontem, o seu manual, que é uma cartilha que fala sobre o papel da Câmara e como funcionam as comissões, os expedientes, a procuradoria, a controladoria e todos os órgãos da Casa. Diz acreditar que essa cartilha será disponibilizada ao público, através do site ou, quem sabe, até impressa, para que a

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



sociedade saiba qual é o verdadeiro poder da Câmara Municipal. Então, agradece ao Presidente Alexon Cipriano pelo apoio e aos assessores que trabalham na Escola do Legislativo. Ressalta que, apesar de todas as dificuldades, conseguiram fazer essa produção acadêmica, que pode ser inclusive indexada e disponibilizada nas escolas, faculdades e também na Câmara para que a sociedade cachoeirense saiba qual é de fato o trabalho dos vereadores. / **Edison Valentim Fassarella:** — Concorda com a fala do Vereador Diogo de que estão ocorrendo muitas mortes por conta do Covid-19. Registra que, na semana passada, conversou com a filha do Sr. Nilo, que lhe disse que seu pai tinha muito prazer em conversar com Ferraço. Então, conta que lhe passou o telefone da Vera Maia e, assim, o Sr. Nilo conseguiu falar com o referido deputado e, depois, veio a falecer. Parabeniza o Vereador Diogo e a toda a equipe da Escola do Legislativo pela cartilha informativa sobre a função da Câmara Municipal, cujo material considera importantíssimo para as comunidades. / **Renata Sabra Baião Flório Nascimento:** — Diz-se também preocupada com os projetos que foram apresentados aos vereadores a menos de quinze dias do fim do mandato. Diante disso, analisa que o prefeito tem medo do próximo grupo de vereadores ou está querendo começar o ano usurpando recursos dos empresários e da população cachoeirense, já que quer criar uma taxa de lixo sem demonstrar o custo dessa operação para o Município. Deixa claro que a Prefeitura não demonstrou como chegaram ao valor que será cobrado e, daí a pouco, poderá ser preciso fazer um aditivo ou um subsídio. Salaria que não há como aprovar uma lei que cria mais despesa para os cidadãos sem que os vereadores saibam se esse valor de fato vai custear o serviço. Ressalta que a Empresa Corpus, que é a operadora desse serviço, recebe 43 milhões de reais em três anos para fazer isso. Registra que o prefeito quer aumentar a planta genérica, ou seja, vai aumentar o valor do IPTU, inclusive avisa que o Município pagou 10 milhões de reais para uma empresa fazer essa atualização, mas também não mostrou como chegou nessa conta. Diz que o prefeito sequer se dignou a convidar os vereadores para lhes explicar que a cidade cresceu e que é preciso cadastrar mais. Frisa que ela, em plena pandemia, não tem coragem de aumentar nem 1 real na despesa das pessoas, pois sabe que muitas perderam seus empregos e que os clientes estão sendo expulsos do comércio noturno do Município; porém, mesmo assim, a população terá que pagar mais IPTU e taxa de lixo. Menciona também que estão criando cargos na estrutura administrativa do Município, o que vai contra a Lei 173, e ainda dizem que vão acabar com a DATACI para economizar; entretanto, salienta que o prefeito não está extinguindo os cargos da DATACI. Comenta que o prefeito pede o prazo de um ano para extinguir a DATACI, o qual ainda pode ser renovado. Alerta que o prefeito também quer alterar a lei da AGERSA, criando outros cargos e situações para a referida agência reguladora dos serviços públicos delegados. Destaca que o prefeito está incluindo iluminação pública e fazendo uma confusão danada, pois acha que os vereadores não vão estudar a matéria e que a população vai se contentar com tudo. Avalia que, se estão sendo criados outros serviços para a AGERSA, virá mais tarifa para a população pagar. Explica que a AGERSA só toma conta de serviços concedidos, ou seja, aqueles que a população paga para terceiros executarem, como, por exemplo, a conta de água para a BRK e a passagem de ônibus para a Empresa Flecha Branca. Registra que o projeto fala de administração de parques e iluminação pública, o que a faz acreditar que, daqui a pouco, será preciso pagar para entrar na Praça de Fátima, o que considera uma aberração. Diz ainda que a municipalidade está querendo pegar recursos de fundos municipais, inclusive do de Saúde, os quais têm compromisso com as causas que defendem. Enfatiza que está indignada, pois esse prefeito acha que o povo de Cachoeiro é bobo. Menciona que o governo vai pegar o dinheiro da população para construir tobogã, conforme lhe foi apresentado na nova reforma administrativa da sede, e para pagar a iluminação de Natal, mesmo sabendo que o povo tem que ficar em casa. Deixa claro que não viu a

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



administração pagar os agentes comunitários de saúde, sem contar que não há nenhuma previsão de melhoria para a educação nem para o pagamento do abono tecnológico. Repete que está extremamente preocupada com o futuro de Cachoeiro e, portanto, a Câmara precisa ter muita responsabilidade para não criar mais despesas para a população já tão sofrida, que está recebendo do poder público apenas pracinhas, já que não fizeram um quebra-molas em frente ao Hospital Infantil nem instalaram um semáforo sonoro para ajudar os deficientes visuais a atravessarem a rua. Informa que, em quatro anos de governo, não foi instalado sequer um semáforo sonoro no Município, mas, em compensação, o povo recebeu uma pracinha totalmente desvirtuada na cabeça da ponte municipal, já que acabaram com a calçada e com toda a chance de oferecer uma melhor acessibilidade às pessoas. Então, conclui que o povo está entregando recursos a um governo que não sabe administrá-los, inclusive alerta que o dinheiro que ia gerenciar o PA de Itaoca sabe-se lá Deus onde será usado. Registra que chegaram 24 milhões de reais para o setor de saúde de Cachoeiro, mas esse dinheiro não foi usado para melhorar a qualidade de vida da população. Pede aos colegas que tenham responsabilidade, porque isso vai piorar a vida dos cidadãos cachoeirenses, já que 2021 será um ano muito difícil, basta ver que no próprio orçamento diz que o Município precisará cortar gastos. Ressalta que o prefeito mandou para a Câmara um orçamento enxuto, mas quer pegar um monte de recursos de fundos municipais e ainda criar despesas para a população. Diz que a Câmara deveria votar “não” a esse projeto e, se o prefeito quisesse, ele que apresentasse isso para a próxima legislatura. Frisa que aumentar o IPTU sem que os vereadores saibam como o governo chegou a essa conclusão e também criar uma taxa de lixo sem informar se ela vai custear o serviço é apertar o cinto de quem já está bastante enforcado. / **Rodrigo Sandi:** — Parabeniza o colega Alexandre de Itaoca pela pauta referente ao transporte público, que é de responsabilidade sim dos vereadores, que aprovaram o subsídio e, portanto, têm que cobrar da AGERSA e da empresa que atendam bem os usuários. Lembra que, quando da votação do subsídio, muitas pessoas compareceram ao plenário da Câmara pedindo aos vereadores que votassem a favor do projeto, porque a empresa estava passando por um momento difícil, quase falindo, e precisava desse ajuste da passagem, mas que isso não fosse pago pelos usuários, que já não aguentavam mais aumento todo ano. Ressalta que tem reparado que os coletivos estão rodando vazios fora dos horários de pico, o que causa um grande prejuízo à empresa. Menciona que em Cachoeiro há também os serviços de mototáxi, UBER e táxi, e a realidade é que menos pessoas andam de ônibus. Registra que, agora, a empresa não pode mais dizer que não tem dinheiro em caixa para melhorar o transporte, já que os vereadores lhe deram oxigênio, mesmo com muita gente não aceitando aquela votação. Comenta que mora em uma comunidade carente; por isso, sabe que faz diferença 20, 30 centavos a mais diariamente na passagem para quem recebe um salário mínimo por mês. Conta que, há poucos dias, aconteceu um grave acidente na Rua Maria Dolores Santana, no Alto Zumbi, quando um ônibus perdeu o freio, o que poderia ter causado uma tragédia e até matado muita gente, se não fosse a rapidez de raciocínio do motorista. Frisa que a empresa precisa ter responsabilidade, atender bem os usuários e também rever essa questão dos ônibus rodarem lotados. Informa que saiu uma matéria no jornal, dizendo que a empresa vai aumentar o número de ônibus nesse período de Natal e de festas, mas enfatiza que isso precisa acontecer sempre, e não só no final do ano. Diz que sugeriu à empresa que usasse Vans em locais que davam prejuízos e também no interior do Município. Pergunta por que não colocar uma Van na Tijuca nos horários em que as pessoas mais precisam, já que a empresa disponibiliza o ônibus somente uma vez por dia para a referida comunidade, o que acha uma injustiça para com aqueles moradores. Salaria que a Câmara trabalhou para ajudar a empresa a cuidar dos usuários do transporte coletivo, basta ver que aprovou o subsídio e fez audiências públicas; então, frisa que é

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



preciso haver a contrapartida da empresa e da AGERSA. Deixa claro que não dá para colocar a culpa em mais ninguém, pois cabe à empresa e à AGERSA resolverem o problema, já que foi dada a alternativa de regulamentar cerca de dez Vans para atender as comunidades nos horários em que há menos fluxo de passageiros. Menciona que, se nos horários de pico as pessoas estão se aglomerando dentro dos ônibus, é preciso disponibilizar mais veículos, pois os passageiros têm que ser bem atendidos, principalmente neste momento de pandemia. Comenta que não pode haver aglomeração nas igrejas, em cerimônias de casamento nem em estádios de futebol; diante disso, indaga por que pode dentro do transporte público da cidade. Lembra que, no início do mandato, houve uma paralisação dos funcionários da Viação Flecha Branca devido à falta de pagamento, quando os vereadores quiseram apresentar projetos dispendo sobre transportes alternativos, como Vans, para não deixar o povo sem atendimento. Recorda também que alguns colegas disseram que a citada empresa tinha trinta anos de história em Cachoeiro e merecia uma oportunidade, o que o fez recuar com o seu projeto. Registra que os vereadores estão tratando a empresa com educação e respeito, mas ela também precisa agir assim com os passageiros, atendendo bem a todos os bairros da cidade. Classifica como inadmissível o usuário do transporte público ficar por muito tempo debaixo de sol quente esperando um ônibus ou, então, não contar com esse serviço depois das 22:00 horas. Diz que os vereadores não podem ficar defendendo coisas absurdas, uma vez que, com a aprovação do subsídio, foi dada oportunidade para a empresa resolver o problema do transporte público em Cachoeiro. Informa que o subsídio existe na maioria das cidades brasileiras, mas é preciso haver a contrapartida das empresas. Pergunta qual foi a contrapartida da Viação Flecha Branca. Indaga cadê os ônibus com ar condicionado. Inclusive diz que podem alegar que esses veículos foram retirados de circulação devido à pandemia, mas questiona cadê os ônibus novos. Frisa que os moradores de São Vicente, da Tijuca e de Itaoca estão sendo mal atendidos quanto ao transporte público. Enfatiza que essa empresa atende a maior cidade do Sul do Estado, mas deixou chegar ao ponto de um ônibus perder o freio em pleno Século XXI. Deixa claro que a culpa desse acidente não foi do motorista, já que a empresa precisa fazer a manutenção dos veículos. Avalia que ficou quatro anos na Câmara defendendo teses que considerava positivas para a população cachoeirense e votou a favor do subsídio, mas hoje tem que cobrar a solução desse problema, pois não pode abaixar a cabeça para uma empresa que não está nem aí para os usuários. Ressalta que a questão financeira foi resolvida com a aprovação do subsídio; portanto, está na hora de a empresa cuidar com carinho dos usuários do transporte público da cidade, os quais merecem respeito e um atendimento VIP. Diz que ainda dá tempo de acabar com esse mimimi de que é preciso mudar de empresa, até porque a verdade é que ninguém quer trabalhar com isso em Cachoeiro; contudo, enfatiza que a Flecha Branca tem que cuidar de seus clientes, que pagam os salários dos motoristas, dos cobradores e dão boa vida aos empresários. / Prosseguindo, passou-se ao **Horário das Lideranças.** / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento (PSD):** — Informa que hoje é o Dia da Mulher Advogada; então, saúda a todas as advogadas da Câmara. Em nome do PSD, parabeniza também as mulheres advogadas que fazem parte das comissões da OAB e da procuradoria do Município. Registra que o seu partido luta pela paridade e para que Cachoeiro seja de fato um ambiente melhor para as pessoas viverem e desenvolverem seus sonhos. Salienta que toda mulher advogada faz parte da política, já que ela trabalha a justiça na vida das pessoas, o que também é uma forma de política pública. Pede ao Vereador Antônio Geraldo que leve o seu abraço à Dra. Fayda, que é uma advogada militante na cidade. / **Delandi Pereira Macedo, levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente que inclua o Projeto de Lei Substitutivo 02/2020 na leitura do Expediente. Pede também que o Projeto de Lei 63/2020 seja incluído na pauta de votação, considerando que ele já tem os pareceres. / **Alexon Soares**



Cipriano (Presidente): — Acata o pedido do vereador e confirma que o Projeto de Lei 63/2020 tem os pareceres da procuradoria e da Comissão de Justiça. Informa que, a partir de hoje, a Casa conta com o aplicativo “Câmara Cachoeiro”, através do qual todos podem ter acesso às informações do Legislativo em tempo real. Aproveita para justificar a ausência do Vereador Brás Zagotto, dizendo que o colega fez uma cirurgia de catarata. Registra ainda que o Vereador Higner, em função do ato da Mesa Diretora, está liberado de comparecer às sessões. Comunica aos vereadores que, por questões de ordem técnica, jurídica e administrativa, a sessão extraordinária que seria realizada amanhã foi transferida para o dia 18/12, às 14:00 horas, quando será apreciado o orçamento do Município para o exercício de 2021, com as emendas inseridas. / *Em seguida, foi lido pelo secretário o Projeto de Lei Substitutivo 02/2020, de iniciativa do Poder Executivo, em substituição ao Projeto de Lei 72/2020.* / Dando continuidade, teve início a **Ordem do Dia**, sendo colocado **em discussão o Projeto de Lei 67/2020 – Poder Executivo** (Dispõe sobre alterações na Lei 6.910/2013, que trata da reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Cachoeiro de Itapemirim, instituído pela Lei 4.501, de 25/03/1998, e dá outras providências). / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Pergunta se é a primeira discussão desse projeto. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente):** — Responde que a matéria está em discussão para votação. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Reforça a fala da servidora Stephanie, que faz parte do Conselho Previdenciário e se manifestou na presente sessão a respeito desse projeto. Frisa que o IPACI não é da Prefeitura, e sim uma estrutura para servir aos funcionários públicos municipais. Destaca que esse projeto cria outras categorias de segurados, o que pode onerar ainda mais os servidores, além de aumentar duplamente a receita do IPACI sem demonstrar a necessidade. Registra que esse instituto recebe 14% que são descontados da remuneração dos servidores, sendo que, desse total, 2% são de taxa de administração; portanto, informa que o IPACI já teve uma engordadinha no aporte financeiro e, agora, ainda quer aumentar isso para 3.6%. Lembra que eram 2% em cima de 11%, o que dava para o instituto; então, pergunta por que aumentar para 3.6% em cima de 14%, já que isso só vai criar meios para desconfiança. Ressalta que achou imprudente o fato de estarem tirando poderes do conselho. Salaria que o Conselho Deliberativo, que se reunia mensalmente para acompanhar as contas, só vai se reunir quando for necessário, e essa necessidade se dará pela vontade do presidente do Conselho Fiscal, que também perdeu poder. Alerta ainda que estão revogando artigos e até lei. Avisa que essa não é uma questão tributária e pode ser votada com calma na primeira sessão do ano que vem. Então, solicita que seja feita hoje a primeira discussão desse projeto, e não a sua votação, dando-se, assim, mais uma semana de prazo para os servidores públicos tomarem pé da situação, principalmente os que fazem parte do conselho. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente):** — Informa que é discricionariedade do Poder Executivo enviar o projeto para a Câmara, cabendo ao Legislativo aprová-lo ou não. Diz que a alteração da taxa de administração se deu em decorrência de mudança da base de cálculo instituída por lei federal, inclusive destaca que o salário família, o salário maternidade, o auxílio doença e o auxílio reclusão deixaram de ser benefícios previdenciários desde novembro de 2019, com a Emenda Constitucional 103. Ressalta que esses benefícios passaram a ser assistenciais e pagos pelo empregador, ou seja, pela Câmara, AGERSA, Município e pelo próprio IPACI. Deixa claro que esse projeto não está mexendo em nada com relação à estrutura de cargos do próprio IPACI, está apenas criando cargos no conselho, os quais não são remunerados. Ressalta que, segundo foi informado, os membros do conselho recebem jetons, o que pode ser legal; porém, lembra que a Câmara, em atendimento à Lei Complementar 173, não está pagando nem diárias aos servidores. Enfatiza que esse projeto trata da adequação do instituto de previdência à lei federal pró-gestão. / **Paulo Sérgio de**



Almeida: — Como servidor público que é, diz-se preocupado com o fato desse projeto ter sido colocado em votação em cima da hora, sem ter passado pelo Conselho do IPACI, ficando para os dezenove vereadores decidirem o futuro dos servidores públicos municipais. Registra que gostaria de pedir algumas informações relacionadas a esse projeto, mas isso agora não será possível. Salaria que pode ser que não haja nada nesse projeto que vá atrapalhar a carreira dos servidores públicos municipais, mas também pode haver algo que os prejudique sim. Então, antecipa que votará contra esse projeto. / Posto em votação, o **Projeto de Lei 67/2020**, acima descrito, **foi aprovado** por nove votos contra cinco do plenário, registrada a abstenção do Vereador Diogo Pereira Lube. **Votaram a favor:** Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Bastos Rodrigues, Dario Silveira Filho, Delandi Pereira Macedo, Edison Valentim Fassarella, Ely Escarpini, Rodrigo Sandi, Sílvio Coelho Neto e Wallace Marvila Fernandes; **votaram contra:** Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, Antônio Geraldo de Almeida Costa, Paulo Sérgio de Almeida e Renata Sabra Baião Fiório Nascimento. / **Seguem justificativas de voto:** / **Alexandre Valdo Maitan:** — Diz que a servidora Stephanie pediu aos vereadores que votassem contra esse projeto, embora ele, Maitan, já tivesse decidido votar “não” à citada matéria. Inclusive destaca que a fala do Vereador Paulo Sérgio veio corroborar com a sua decisão. Alerta que, daqui a dois anos, o prefeito deixará o Município para ser deputado, e os servidores vão ficar com esses projetos aprovados. Informa que o prefeito é o autor do projeto, mas os vereadores é que vão ficar com o ônus, porque, muitas vezes, a população não separa os que se preocupam com os servidores e com o Município. Então, frisa que, pela colega Stephanie, pelos servidores municipais e pelo encaminhamento do Vereador Paulo Sérgio, por quem tem profunda admiração e respeito, sempre se posicionará contrário quando o interesse dos servidores não for respeitado. / **Diogo Pereira Lube:** — Informa que não tem o costume de se abster nas votações, mas não poderia votar esse projeto, já que não teve tempo hábil para fazer uma ampla discussão, sem contar que percebeu que a matéria criou polêmica até entre os vereadores da base do governo. Diz também que há servidores do instituto que lhe passaram algumas informações. Frisa que tudo o que é feito em cima da hora, sem um estudo aprofundado e mais técnico, o deixa em dúvida e, portanto, não poderia colocar a vida dos servidores em risco. Registra que sempre espera que o Poder Executivo compareça à Câmara para defender os projetos; contudo, lembra que não houve a defesa dessa matéria por parte do Governo Municipal. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Diz que votou “não” a esse projeto com convicção, mas, na dúvida, também teria votado contra, porque toda lei pode ser reapreciada, já que o difícil é revogar uma legislação. Avalia que, nesta legislatura, a vida dos servidores foi um tobogã, uma roda gigante rodando ao contrário, e, agora, estão mexendo até na aposentadoria deles. Registra que fez um pedido de informação e acha que nem o governo sabe exatamente o que está querendo com tantos projetos sem pé nem cabeça enviados açodadamente à Câmara. Frisa que votou contra esse projeto em homenagem a todos os servidores que contam com o estudo e a hombridade dela, Renata. / Logo após, **foram aprovadas**, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: Pedidos de Informação: 193/2020 – Alexandre Valdo Maitan** (Requer que o prefeito municipal, através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEMESP, lhe preste os seguintes esclarecimentos: Foi publicada no site da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, na data de 01 de julho de 2020, uma reportagem noticiando que a área pública de lazer do Distrito de Córrego dos Monos passaria por revitalização, a fim de atender a uma demanda antiga dos moradores. A reportagem publicada informou ainda que as intervenções já estavam em andamento. Nesse sentido, queira informar se as obras de revitalização já foram finalizadas. Se positivo, queira informar se há previsão de data para a inauguração do espaço público. Cumpre lembrar que, a teor do que estabelece o parágrafo



primeiro do art. 153 do Regimento Interno da Câmara Municipal, o prazo máximo para a resposta ao pedido de informação é de 30 – trinta – dias) e **194/2020 – Renata Sabra Baião Fiório Nascimento** (Requer do Exmo. Sr. Victor da Silva Coelho informações referentes ao equipamento de monitoramento das águas do Rio Itapemirim, inclusive foi anunciado o estudo para implantação do sistema, em fevereiro de 2020, conforme publicado no Jornal Em Off Notícias: 1) Com referência ao estudo iniciado, requer cópia dos resultados obtidos. 2) O sistema para monitoramento com equipamento foi implantado? 3) Se sim, em quais locais? 4) Se não, quais os motivos?); *Votos de Congratulação*: 361/2020 – Paulo Sérgio de Almeida e 360/2020 – Renata Sabra Baião Fiório Nascimento; **Projeto de Decreto Legislativo 363/2020 – Rodrigo Sandi** (Concede Homenagem Especial a Mikhael Soares Pereira). / Na sequência, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 63/2020 – Poder Executivo** (Autoriza o Poder Executivo Municipal a abertura de crédito especial para inclusão de despesa não prevista na Lei Orçamentária Anual, e dá outras providências). / **Alexon Soares Cipriano (Presidente)**: — Informa que esse projeto já tinha recebido o parecer da procuradoria da Casa desde o dia 11/11, se não se engana. Acrescenta que, ontem, ele recebeu o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, também pelo encaminhamento regular da matéria. Lembra que o líder do governo solicitou a inclusão desse projeto na pauta, o que foi acatado por ele, Alexon, por não haver nenhum óbice quanto à tramitação da citada matéria no que tange à observação da procuradoria da Casa e da CCJ. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento**: — Deixa claro que esse projeto é o reconhecimento de que a administração não está respeitando os limites constitucionais obrigatórios, pois quis inserir despesas que não eram próprias da saúde e da educação para ver se colava; porém, o Tribunal de Contas deu uma grampeada e, agora, o governo está jogando para a Câmara a criação de uma despesa que não existia, mas que ele queria que os vereadores engolissem como gastos com a saúde. Ressalta que estão excluindo da saúde 1 milhão 535 mil reais, ou seja, não estão gastando com essa área todo o recurso que deveriam. Então, pede aos vereadores que fiquem atentos para que esse recurso volte em algum momento para ser aplicado na saúde. Antecipa que votará contra esse projeto, porque a má gestão dos recursos da saúde causa prejuízo para a população cachoeirense. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente)**: — Avisa que esse projeto necessita de maioria absoluta para sua aprovação. / Posto em votação, o **Projeto de Lei 63/2020**, acima descrito, **foi aprovado** por quatorze votos contra dois do plenário. **Votaram a favor**: Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Bastos Rodrigues, Alexon Soares Cipriano, Allan Albert Lourenço Ferreira, Antônio Geraldo de Almeida Costa, Dario Silveira Filho, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Edison Valentim Fassarella, Ely Escarpini, Paulo Sérgio de Almeida, Rodrigo Sandi, Sílvio Coelho Neto e Wallace Marvila Fernandes; **votaram contra**: Alexandre Valdo Maitan e Renata Sabra Baião Fiório Nascimento. / **Alexon Soares Cipriano (Presidente)**: — Convoca os vereadores para a sessão extraordinária que será realizada na próxima sexta-feira, dia 18/12, às 14:00 horas, para a votação do orçamento e das emendas. / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião Virtual, lavrada e assinada por Ana Rita Sanches Rodrigues Silva, Redatora de Atas. _____